



Ficção e realidade no sentido da liberdade: paralelos com a minissérie *The book of negroes*

*Ficção e realidade no sentido da liberdade: paralelos com a minissérie *The books of negroes**

SIRLENE RIBEIRO ALVES ^a

Resumo

Este artigo se propõe a refletir sobre o uso educativo das séries, mas especificamente da minissérie *The book of negroes* e as questões levantadas sobre o período escravista. Através da comparação entre personagens ficcionais e histórias verídicas, o trabalho aborda as estratégias utilizadas para submissão das pessoas, assim como modos de superação e resistência realizados por escravizados e seus descendentes. Tendo como base os trabalhos de pesquisadores brasileiros (CHALHOUB, 2011; BONCIANI, 2017; SILVA, 2019, 2018, 2017; BARROS, 2016; ALONSO, 2015) e alguns impressos do século XIX, será analisada a trajetória de negros que viveram a escravidão, mas encontraram espaços para se colocarem diante dessa realidade, estabelecendo sentidos e significados próprios para a liberdade dentro de um sistema opressor. Assim, se pretende auxiliar na construção de novas narrativas para a historiografia e o seu posicionamento com relação à população escrava e negra.

Palavras-chave: Séries e educação; escravidão; educação e relações étnico-raciais.

Abstract

This article aims to reflect on the educational use of the series, but specifically the miniseries *The Book of Negroes* and the questions raised about the slave period. Through the comparison between fictional characters and true stories, the work approaches the strategies used for the submission of the people, as well as ways of overcoming and resistance realized by enslaved and their descendants. Based on the work of Brazilian researchers (CHALHOUB, 2011; BONCIANI, 2017; SILVA, 2019, 2018, 2017; BARROS, 2016; ALONSO, 2015) and some nineteenth century printouts, the trajectory of blacks who lived slavery will be analyzed. But they found spaces to face this reality, establishing their own meanings and meanings for freedom within an oppressive system. Thus, it is intended to assist in the construction of new narratives for historiography and its positioning in relation to the slave and black population.

Key-words: Series and education; slavery; education and ethnic-racial relations.

^a Colégio Pedro II, RJ, Brasil. Doutoranda em Educação UERJ, E-mail: sirlenealvesbr@yahoo.com.br

Resumen

Este artículo tiene como objetivo reflexionar sobre el uso educativo de la serie, pero específicamente sobre la miniserie *El libro de los negros* y las preguntas planteadas sobre el período esclavo. A través de la comparación entre personajes de ficción e historias reales, el trabajo aborda las estrategias utilizadas para la sumisión de las personas, así como las formas de superación y resistencia realizadas por los esclavos y sus descendientes. Basado en el trabajo de investigadores brasileños (CHALHOUB, 2011; BONCIANI, 2017; SILVA, 2019, 2018, 2017; BARROS, 2016; ALONSO, 2015) y algunas impresiones del siglo XIX, se analizará la trayectoria de los negros que vivieron la esclavitud. Pero encontraron espacios para enfrentar esta realidad, estableciendo sus propios significados y significados para la libertad dentro de un sistema opresivo. Por lo tanto, se pretende ayudar en la construcción de nuevas narrativas para la historiografía y su posicionamiento en relación con la población esclava y negra.

Palabras clave: Serie y educación; esclavitud educación y relaciones étnico-raciales.

Introdução

Arte e realidade são os elementos principais deste artigo, que tenta apresentar uma nova forma de se compreender o período escravista e o protagonismo de pessoas escravizadas ou negras diante desse sistema, através do uso pedagógico das séries. A partir de *The book of negroes*, iremos apresentar algumas trajetórias verídicas, indivíduos que, na luta diária por sua sobrevivência, se colocaram em frente as injustiças que sofriam, mostrando que estes não eram passivos, mas sujeitos críticos que repensavam as estruturas sociais e tinham posicionamento. Esse também é o foco principal de minha pesquisa de pós-graduação, na qual tento entender como a educação foi utilizada na luta abolicionista brasileira, mostrando outra face do movimento e a busca de pessoas escravizadas por escolarização, entendendo esta como uma verdadeira forma de emancipação.

Ao pensar sobre mídia e tecnologia, podemos perceber que a linguagem audiovisual se tornou predominante na vida social contemporânea. Estamos mergulhados em efeitos de som e imagens em simples tarefas do nosso dia a dia, até mesmo ao pagar uma conta. Como qualquer linguagem, o audiovisual pode auxiliar na construção de uma memória ou imaginário social, no qual certas perspectivas e pontos de vistas possam ser defendidos e/ou reforçados, valores, crenças e ideologias possam ser difundidas. Por isso, elas não podem ser compreendidas de uma forma simplória, mas como uma fonte capaz de fazer emergir inúmeras problematizações sobre si, sobre nossa sociedade e sobre a construção de uma visão histórica.

Nas últimas décadas aumentou o interesse pelo uso educativo dos meios tecnológicos, sendo discutido por diversos autores (SANCHO, 1998; GARCIA-VERA, 2000; BUENO, 2006). A utilização do cinema, da televisão, de aplicativos de celular, e, principalmente, da internet, facilitaram o contato e a aproximação do público em geral e das instituições educativas com obras audiovisuais.

Nesse contexto, e dentre os diversos tipos de produções, as séries veem ganhando especial destaque, por que são uma possibilidade de união entre as formas tradicionais de narrativa televisiva e as novas possibilidades de transmissão e acesso permitidas pelos meios digitais:

O cenário atual, portanto, é de ampliação das formas de produção e consumo audiovisual, e embora a TV ainda esteja consolidada no modelo tecnológico de transmissão de sinal, o que implica uma

experiência predominantemente nacional e em fluxo, o que chamamos aqui de cultura das séries é resultado dessas novas dinâmicas espetatoriais (SILVA, 2014, p. 243).

As séries estariam disponíveis na TV, na tela do computador, como em celulares, até para download, sendo possível ter acesso em diversos momentos do dia e em variados locais. O autor compreende que essa cultura é fruto de uma nova perspectiva publicitária dada pela progressiva inserção da TV a cabo, que permitiu “pensar os programas não apenas como obras transversais que deviam interessar ao maior número de espectadores, mas como obras específicas, endereçadas a determinados públicos, com suas próprias características e interesses de consumo” (Idem, p. 244). Inserindo formas e meios utilizados pelo cinema, as séries se diferenciam pela repetição, não somente de assuntos e temas, como dos personagens, possibilitando ao público escolher entre diversos tipos de temáticas a serem trabalhadas.

Escolhemos o gênero histórico para pensarmos as possibilidades pedagógicas do uso das séries, para isso optamos pela minissérie *The book of negroes* e suas representações sobre a escravidão e todas as mazelas sofridas pelo povo africano e seus descendentes nesse período. Como ferramenta metodológica, iremos traçar paralelos entre a obra ficcional e fatos reais, tentando apresentar novas problemáticas que permitam observar o período por uma perspectiva diferenciada, em que as questões de gênero e educacional serão evidenciadas. Como objetivo, pretendemos possibilitar a compreensão das estruturas de exploração difundidas no período e que ainda estão presentes nos dias atuais, de uma forma mais complexa do que até então apresentada.

Contextualizando a série

The book of negroes, nome original da série, foi inspirada na premiada obra literária de Lawrence Hill, de 2007. O livro narra em primeira pessoa a história ficcional de Aminata Diallo, uma personagem forte e decidida, que desde à infância até a vida adulta sofreu as atrocidades cometidas no regime escravista, trazendo o diferencial de ser uma escravizada que dominava a leitura e a escrita. Combinando fatos e personalidades verídicas com imaginação poética, o autor nos aproxima da experiência vivida por negros e negras africanas e seus descendentes, e nos permite questionar as consequências desse

período na atualidade, com um olhar para o passado buscando entender a realidade presente.

O título original do romance, como da série, é inspirado num documento histórico que registra os nomes de 3.000 escravizados afro-americanos que lutaram para as forças inglesas durante a Revolução Americana. Somente as pessoas listadas nesse documento poderiam ter direito à liberdade e ter a oportunidade de uma nova vida numa colônia britânica. Na obra ficcional, cabe a Aminata Diallo a função de escrever o nome dos seus contemporâneos.

O trabalho literário de Lawrence Hill ganhou alguns prêmios, como o *Commonwealth Writers' Prize* e o *Rogers Writers' Trust Fiction Prize*. O autor canadense é filho de imigrantes americanos, de pai negro com mãe branca, ativistas em direitos humanos e com publicações sobre a população negra¹. Cresceu convivendo com essas temáticas, tendo a marca de ser negro num bairro de subúrbio majoritariamente branco de Ontário – Canadá. Questões de identidade e pertencimento circulam a obra de Hill que, além de *The book of negroes*, possui outras obras de ficção e não ficção sobre a temática, como os romances *Some Great Thing* e *Any Known Blood*, o livro de memórias *Black Berry, Sweet Juice: On Black and White, no Canadá*, e *Blood: The Stuff of Life*. Atualmente, Hill está se dedicando à adaptação de seu quarto romance, *The Illegal*, para uma minissérie televisiva.

O Livro dos Negros foi adaptado para uma minissérie em seis capítulos, através da parceria de Hill com o diretor, de origem jamaicana, Clement Virgo. Foi uma coprodução internacional - CBC, do Canadá, e BET, dos EUA - e dirigida por Virgo, que iniciou suas filmagens na Cidade do Cabo, África do Sul, Nova Escócia e Ontário, nos primeiros meses de 2014, e depois sendo exibida no Canadá e nos Estados Unidos em 2015. Ganhou algumas premiações no Canadá, incluindo de melhor direção.

Fazem parte do elenco Aunjanue Ellis (Aminata Diallo), Lyriq Bent (Chekura), Cuba Gooding Jr. (Samuel Fraunces), Louis Gossett Jr. (Daddy Moses), Ben Chaplin (Cpt. John Clarkson), Allan Hawco (Solomon Lindo), Greg Bryk (Robertson Appleby), Jane Alexander (Maria Witherspoon), Stephan James (Cummings Shakspear), Shailyn Pierre-

¹ Daniel Hill, pai de Lawrence Hill, tornou-se diretor e presidente da Comissão de Direitos Humanos em Ontário, além de escrever um trabalho sobre a história dos negros no Canadá: *The Freedom Seekers: Blacks in Early Canada*. Donna Hill, mãe do autor, esteve presente no Comitê Trabalhista de Toronto para os Direitos Humanos, se dedicando a promulgação de legislação antidiscriminação em Ontário; escreveu um livro sobre a história negra: *A Black Man's Toronto, 1914-1980: The Reminiscences of Harry Gaiery (1880)*.

Dixon (Jovem Aminata), Cara Ricketts (Bertilda), Tuks Tad Lungu (Rono). Um grande elenco com maioria de atrizes e atores negros que protagonizam a série.

Para a versão brasileira, o título da minissérie foi adaptado para *Meu nome é Liberdade*, já a tradução literária lançada pela Primavera Editorial manteve o nome original, *O livro dos negros*. A versão brasileira da minissérie contou com a dublagem realizada pelo elenco da Rede Globo, contando com atriz Sheron Menezes na voz da personagem principal, além de, entre outros, Érico Brás e Ailton Graça.

A minissérie foi apresentada em canal aberto na Rede Globo, em janeiro de 2019, fazendo parte de uma estratégia de propaganda de seu serviço on-demand, a plataforma *GloboPlay*².

Os seis capítulos foram exibidos semanalmente no horário noturno, aproximadamente às 23 horas. A apresentação em um canal aberto permitiu que o grande público tivesse acesso à obra, não se restringindo a certas camadas sociais que dispõem de canais ou serviços por assinatura. De igual forma, os meios de divulgação de programas nos canais abertos, fechados ou em plataformas são diferenciados, sendo mais intensos na rede aberta. O que pode ter reforçado o contato, mesmo que de uma forma superficial, com o enredo e a temática da história. Dessa forma, é grande a possibilidade que no uso pedagógico da série, um grande número de alunos e alunas possa conhecer ou ao menos ouvir falar da história de Aminata Diallo.

Na série, Aminata inicia sua narrativa no parlamento britânico, onde relata a sua história como uma forma de convencer os integrantes a votarem leis antiescravistas. Aminata relata que seu sonho sempre foi ser uma *djeli*, responsável pela transmissão oral dos conhecimentos, tradições, histórias, mitos... ou seja, ser responsável pela memória de seu povo. Justificando, de certa forma, sua apresentação como aquele que observa e repassa a vivência dos africanos nesse período. Sua narração abrange desde a sua captura (1761) até o momento que chega ao parlamento (1807), decidindo apresentar sua biografia como uma forma de luta contra o regime escravista.

A divisão da série em episódios pode auxiliar a dinamizar e estruturar melhor a prática pedagógica nas aulas. Cada episódio possui aproximadamente 45 minutos, o que

² Silva (2014), analisando as séries como uma forma de narrativa contemporânea, argumenta que “a transição da televisão para internet é algo que, pelo menos ainda, está longe de ser um processo consolidado”. No Brasil, essa perspectiva é ainda maior, os serviços de banda larga ainda não possuem recursos para superar os sistemas de radiofrequência por satélite, sendo a televisão aberta uma realidade para maioria da população.

permite assistir um episódio completo por aula. Tendo a possibilidade de 2 tempos seguidos de aula, ainda é possível realizar uma explanação sobre a temática ou realizar um pequeno debate. Muitos questionamentos, temáticas e problemas podem ser retirados desse trabalho audiovisual, possibilitando fazer paralelos com a escravidão no Brasil. Assim, indicaremos possibilidades de leituras e aproximações com alguns temas, mas temos consciência de que não damos conta de todas as aberturas que a série nos permite. No primeiro episódio da série, Aminata é uma criança com apenas 11 anos numa tribo africana, onde é sequestrada, escravizada, transportada para a América e vendida para trabalhar na lavoura. Podem ser destacados e trabalhados em sala de aula alguns aspectos nesse episódio, como por exemplo: a tradição oral na cultura africana, ser uma *djeli* ou um *griot*; o islamismo como prática religiosa em povos africanos; o tráfico negreiro e o sistema de dominação das pessoas escravizadas; a perda do nome africano como uma forma de submissão e adaptação à nova realidade servil; e questões de identidade.

No segundo episódio, Aminata aparece já adulta sofrendo os assédios de seu senhor, até que é violentada. A moça se casa com outro escravo pulando a vassoura (uma tradição dos escravizados estadunidenses) e engravidando dessa relação. A perseguição do seu senhor faz com que ela e sua filha sejam vendidas separadamente. Em uma família de judeus, ela é tratada como uma serva e não como escrava, mas não desiste de procurar sua filha. Após a morte da esposa e de seu filho por varíola, ela descobre que seu novo senhor auxiliou na negociação de sua filha, o que traz o desejo de fugir desse senhorio. Nesse episódio podemos destacar: a cooperação entre os escravizados, o caso do arrastão; a mulher e a escravidão, a violência sexual e a transmissão da servidão pelo ventre; a leitura e a escrita, formas de luta e resistência; o surto de varíola no século XVII na Europa; as relações familiares na escravidão; a mobilidade entre os escravizados.

No terceiro episódio, Aminata e seu senhor vão para Nova Iorque. O encontro com negros livres, esses escravos fugidos chamam a atenção da personagem. Quando inicia a Revolução Aminata foge e se abriga numa comunidade negra, onde adquire respeito e passa a alfabetizar alguns de seus irmãos. Durante a guerra, a possibilidade de liberdade para os escravos que lutassem ao lado da Coroa britânica seduziu alguns escravos fugidos, entre eles o seu esposo. Assim, esse episódio permite explorar as seguintes temáticas: a fuga escrava e a luta pela liberdade; a diferença entre a escravidão nas cidades e no meio rural; a transmissão da leitura e da escrita entre os escravizados. O quarto episódio mostra o fim da guerra e o acordo firmado entre britânicos e os cidadãos americanos. Com isso, os senhores de escravos começam a procurar os fugitivos em Nova

Iorque. Aminata é chamada a trabalhar para os britânicos, a fim de registrar o nome dos escravizados que lutariam pela Coroa na guerra, sendo a responsável pelo *Livro dos Negros*, uma vez que esses seriam libertados e transferidos para a Nova Escócia. Aminata acaba sendo presa pelo seu primeiro senhor, que é desmentido por Solomon Lindo, seu segundo senhor, que a liberta. Este episódio possibilita refletirmos sobre: o uso do meio jurídico durante a escravidão, tanto por senhores de escravos quanto por escravizados; a possibilidade de liberdade pelo trabalho voluntário na guerra ou na compra de sua própria alforria; e podemos aprofundar ou dar ênfase aos debates iniciados nos outros episódios.

O quinto episódio mostra a dura vida na Nova Escócia após a libertação, já que as dificuldades e o trabalho árduo não cessam. O preconceito racial permanece e a disputa entre negros e brancos gera confrontos violentos. Aminata se corresponde com os britânicos abolicionistas para pedir auxílio, e estes oferecem uma nova possibilidade para os negros em Serra Leoa – África. Muitos decidem voltar à África entre eles, Aminata e seu esposo. Temas que podem ser debatidos: as dificuldades pós-libertação; a rede abolicionista internacional.

No último episódio Aminata volta para África. Mas o desejo de voltar para sua aldeia faz com que seu grande amor morra na tentativa de libertar uma menina dos traficantes de escravos. Desmotivada, Aminata decide aceitar o convite dos abolicionistas de ir para Inglaterra, escreve um livro contando sua vida, e apresenta sua história no parlamento de Londres (onde a história inicia). Com isso, o seu relato permite que a lei contra o tráfico africano seja aprovada. Ela reencontra sua filha e termina a narração falando que a pena (a escrita) lhe permite ser uma outra forma de *djeli*, que alcançaria leitores dos dois lados do grande rio, mas que teriam ainda um longo percurso até a abolição da escravatura. Este episódio possibilita pensarmos: as leis abolicionistas internacionais e brasileiras; a lei entre Brasil e Inglaterra (1831); as autobiografias de escravizados como uma nova forma de narrativa para compreensão da história e desse período.

Dentre as temáticas levantadas, trabalharemos com algumas problemáticas que perpassam por toda a obra, que seriam: pertencimento e identidade, questão feminina na escravidão, o domínio da leitura e da escrita por escravizados e por negros nesse período, e a busca por liberdade. Essas temáticas serão analisadas juntamente com estudos sobre a escravidão no Brasil, fazendo um paralelo entre ficção e casos verídicos. Utilizando como base os trabalhos de pesquisadores que se dedicam a esse temática, que há algumas

décadas possibilitam uma inversão na forma como os escravizados são vistos e representados pela História, de passivos e oprimidos para sujeitos históricos que através de negociações, resistências e transgressões buscavam melhores condições de vida e lutavam por sua liberdade.

Pertencimento e identidade

No sistema de dominação escravista podemos perceber que parte da estratégia para subjugar pessoas, que até então eram livres, mas que foram raptadas e escravizadas, era retirá-las do seu lugar de pertença. Não somente tirá-las do seu ambiente físico natural, de sua parentela, de seu povo, mas também apagando sua história e identidade, impondo-lhes novos nomes. Essa prática fazia parte do próprio processo de submissão, buscando dessocializar e despersonificar o indivíduo, para reinseri-lo em uma nova categoria social (BONCIANI, 2017).

Aminata Diallo por duas vezes chega a receber um novo nome “cristão”. O primeiro se recusa aceitar, mas o segundo, Nina, por uma identificação afetuosa, passa a utilizá-lo. Porém, seu nome africano nunca foi esquecido e abolido, utilizando principalmente entre os seus pares, indivíduos negros escravizados, livres ou libertos. De acordo com o Rodrigo Bonciani, essa prática era comum, a preservação do nome africano no cotidiano entre pessoas próximas, e o emprego do nome cristão com finalidades múltiplas:

é importante frisar aqui, que os nomes tinham uma importância relacional, podendo variar o nome utilizado no interior de um pequeno grupo, daquele que era empregado para os vínculos exteriores. Mas a história e as estatísticas são ainda ciências do registro escrito, do carimbo, que insistem em apagar do que está preservado na alma e na memória. (BONCIANI, 2017)

O autor cita a pesquisa de João José Reis sobre a Revolta dos Malês (1835), mostrando que em alguns registros policiais após o nome cristão era descrito o nome africano. Assim, Reis identificou que o escravizado Pacifico Lucitan tinha o nome muçulmano de Bilal, e o liberto Jorge da Cruz Barbosa, possuía o nome iorubá Ajahi. Bilal foi um líder malê, que já idoso se encontrava na prisão por ser uma propriedade que deveria ser leiloadada para saldar as dívidas de seu senhor. Os revoltosos, cerca de 60 africanos, foram à Câmara Municipal, onde no subsolo existia a cadeia para libertar esse líder. Sendo confrontados pela guarda, o conflito se espalhou por várias partes da cidade de Salvador, envolvendo cerca de 600 africanos. Apesar da revolta não ter tido o êxito

esperado, ela marcou a sociedade escravista brasileira, espalhando o medo de um levante africano e/ou escravo. Os prisioneiros tiveram penas severas, Bilal foi condenado a 1200 chibatadas, e o liberto Ajahi foi condenado à morte e executado por um pelotão de fuzilamento juntamente com mais 3 condenados.

Sobre o batismo cristão, esse poderia ser realizado na própria África ou nas Américas, onde se estabelecia um nome comum de origem europeia. O escravizado não tinha direito a um sobrenome, mas em alguns casos, se utilizava um sobrenome genérico dado por sua origem étnica, seu lugar de origem, ou até mesmo o porto de onde os escravizados foram embarcados, tal como João Congo, Maria Angola, Isabel Benguela, entre outros.

Outro fato que chama atenção, ainda pensando nas relações estabelecidas a partir dos nomes, era o uso de sobrenome dos seus senhores por escravizados, ex-escravizados, e até por seus descendentes livres. Segundo Bonciani, com o passar dos anos, e de algumas gerações, isso se tornou uma estratégia para o reconhecimento de propriedade para descendentes de escravizados que herdaram terras de seus antigos senhores.

A incorporação do sobrenome do seu antigo senhor pode ser percebida como uma tática que pudesse favorecer, de algum modo, a si próprio ou a seus familiares. Assim, como a persistência no uso de nomes africanos pode ser compreendida como uma forma de resistência e negação à escravidão imposta, pois reaviva os laços de pertencimento e identidade que tentavam apagar.

Na série essa questão ganha expressividade. Ainda a bordo do navio, Aminata se apresenta a um líder negro escravizado que pede a ela que se lembre e repita o seu nome. Na sequência, vários guerreiros começaram a ecoar seus nomes africanos, como um modo de manter viva a esperança e a força para sobreviver e lutar.

Durante toda a série, os nomes são dotados de carga de simbólica, considerados como repositórios de significados, de heranças, de histórias e de memórias. Quando Aminata escreve os nomes das pessoas que trabalharam para a Coroa Britânica no *Livro dos Negros* fica clara a noção de pertencimento, de comunhão entre essas histórias e seus laços de pertencimento e identidades.

Ser mulher e escravizada

A personagem Aminata Diallo além de trazer à tona alguns pontos para se pensar o regime escravista de uma forma ampla, fala sobre algo particular: ser mulher

escravizada. Tomaremos como base o estudo da norte-americana Angela Davis (2016) para analisar as interseções entre gênero, raça e classe, as especificidades que possibilitaram formas diferenciadas de violência e submissão que marcaram as mulheres negras. E que segundo Djamila Ribeiro, no prefácio à edição brasileira do livro de Davis, é “uma análise profunda e refinada do modo pelo qual essas opressões estruturam a sociedade” (RIBEIRO, In DAVIS, 2016, p. 12).

Na série, as marcas de pertencer ao sexo feminino estão na vida de Aminata desde menina, no acompanhamento de sua mãe, uma parteira, no medo de sofrer violência sexual e na forma como se realizou sua venda, como uma possível reprodutora. Porém, o trabalho da personagem não foi extremamente penoso, como apresentado em outras personagens cinematográficas. No filme *Doze anos de Escravidão*, por exemplo, que conta a história verídica de Solomon Northup, um negro livre de Nova Iorque que foi sequestrado e vendido como escravo, trabalhando por 12 anos nas plantações de algodão no estado de Louisiana até sua libertação, a personagem coadjuvante Patsy trabalha na lavoura tendo a produtividade igual a de um homem. Solomon a descreve como a “rainha da plantação”, uma bela jovem de 23 anos, filha de um escravizado que veio de Cuba (NORTHUP apud ARAÚJO, 2014). Os escravos, nesta fazenda, deviam colher pelo menos 91 kg de algodão diariamente, sem diferenciação entre homens e mulheres, quem não batesse a meta seria castigado. Porém, a jovem pega aproximadamente 230 kg todo dia, ultrapassando escravos homens.

De acordo com Davis, “o sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas podiam ser desprovidas de gênero” (Davis, 2016, p.17). A exploração da força produtiva subjugou homens e mulheres, meninos e meninas, cujo o trabalho forçado nas lavouras dos Estados Unidos se estendia exaustivamente do amanhecer até o final da tarde. Apesar de serem iguais como força laborativa, eram penalizados ou castigados de formas distintas:

Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas quando podiam ser exploradas e punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas. (Idem, p.19)

Esse fato é representado tanto na série quanto no filme. No segundo episódio mostra os assédios sofridos por Aminata, até que o seu senhor a estupra. Apesar disso, a personagem casa-se com o escravizado Chekura. Analisando o estudo de Hebert Gutman, Davis fala sobre as famílias escravas, na qual se construíam laços familiares com esposa, marido e filhos, além de parentesco por adoção; afirmando “embora as normas institucionalizadas da escravidão concedessem às escravas um alto grau de liberdade sexual antes do casamento, elas terminavam por se casar e constituir famílias com base em suas decisões quanto nas de seus maridos” (Ibidem, p. 17).

Grávida de seu esposo, Aminata sofre outro tipo de violência por parte de seu senhor que ao questioná-la sobre a paternidade da criança, decide penalizá-la publicamente. Como um exemplo para os demais escravizados, raspa seu cabelo, demonstrando que tudo nela lhe pertence.

Já em *Doze anos de Escravidão*, o sofrimento de Patsy ainda é mais cruel, pois é estuprada constantemente, além de ser perseguida e mal tratada pela esposa do seu senhor com duros castigos físicos. No filme, Patsy chega a pedir ao Solomon Northup para matá-la, para acabar com aquele sofrimento.

Sobre a violência por parte das senhoras, Silva (2019), analisando o testemunho autobiográfico da ex-escravizada Harriet Ann Jacobs, argumenta: “na adolescência, muitas escravizadas sofriam com o assédio e a violência sexual por parte dos senhores, e perseguição e ciúme, por parte das senhoras” (SILVA, 2019, p. 306).

No Brasil, em 1886, o caso de castigos corporais sofridos por duas escravizadas menores de idade cometidos por uma senhora comoveu a opinião pública ao ser apresentado em diversos jornais (Gazeta da Tarde, ed. 00033, 12/02/1886; Gazeta de Notícias, ed. 00043, 12/02/1886; Jornal do Commercio, ed.00072, 13/03/1886). As escravizadas Joanna e Eduarda, ambas com 16 e 15 anos aproximadamente, eram mantidas em cativeiro e sofriam grandes torturas que marcaram seus corpos por pelo menos 3 anos. No dia 12/02/1886, Eduarda conseguiu fugir e pedir auxílio a uma senhora que lhe conduziu à redação da Gazeta da Tarde, jornal fundado por José do Patrocínio, líder abolicionista. O periódico divulgou a notícia, solicitou apoio de outros jornais e providenciou que esse caso fosse conduzido ao juiz da 2ª Vara Cível. Eduarda informou que sua senhora mantinha outra escravizada em aprisionamento. Era Joanna, que se encontrava muito enferma, e o juiz ordenou sua apreensão. Joanna, com tuberculose, veio a falecer no dia 14/02/1886, sendo essa notícia publicada nos jornais da época. A senhora

das escravizadas, D. Francisca da Silva Castro, 35 anos, teve a prisão preventiva decretada sendo recolhida à Casa de Detenção (Gazeta da Tarde, ed. 00057, 12/03/1886, p. 1). Não sabemos os motivos que levaram essa senhora a cometer tais castigos, mas segundo algumas testemunhas, por aproximadamente três anos, as meninas ficavam no quarto, onde eram constantemente chicoteadas nuas, chegando a ser deformadas, e sendo privadas de alimentos. Eduarda, segundo um relato, já havia tentado outras fugas; foi sua coragem que possibilitou o final do seu martírio. Apesar de toda a repercussão realizada pelo movimento abolicionista, a senhora foi absolvida dos crimes cometidos (Gazeta da Tarde, ed. 0245, 25/10/1886, p. 2).

Pensando na opressão sofrida pelas mulheres, Davis coloca que a coerção sexual sofrida por diversas mulheres nesse período, atingia não somente a elas, como também aos homens. Pois impossibilitava os maridos, pais, irmãos..., de defenderem suas esposas, filhas, irmãs: “o estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir e desmoralizar seus companheiros” (Ibidem, p. 36).

Outro fator de extrema complexidade, é a utilização das mulheres escravizadas como reprodutoras do sistema, a condição de escravo passava pelo ventre materno, sendo a mãe escravizada, o filho nascia escravo; sendo a mãe livre ou liberta, o filho seria livre. Isso foi intensamente explorado para manutenção do regime escravista, ainda mais quando foi abolido o tráfico internacional de mão de obra escrava, sendo a capacidade reprodutiva das mulheres escravas valorizadas. Mesmo grávidas ou amamentando, muitas dessas mulheres deveriam continuar trabalhando em pé de igualdade com seus irmãos homens.

A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir de sua capacidade de se multiplicar. Uma vez que as escravas eram classificadas como “reprodutoras”, e não como “mães”, suas crianças poderiam ser vendidas e enviadas para longe (Idem, p. 19).

Apesar de não ter explorado a utilização das mulheres negras como reprodutoras, a série mostra o desespero de Aminata quando o seu senhor decide vender a sua filha. A separação de sua filha nunca foi aceita pela personagem, quando também é vendida pede ajuda para encontrar sua menina, investiga suspeitas e só decide parar de procurar, quando é informada que sua filha havia morrido.

Os laços familiares, o desejo de permanecer junto à família foi algo constante na vida de alguns escravizados. A pesquisa de Sidney Chalhoub (2011) baseada em processos judiciais apresenta diversas histórias de escravizados que não se conformaram ao serem vendidos e afastados de certa localidade ou de entes queridos.

Uma história real, apresentada pelo pesquisador, e que se assemelha à história de Aminata, é de Maria Ana do Bonfim e sua filha Felicidade. Nos fins de 1860, Maria, uma preta livre, veio da Bahia em busca de sua filha, que fora vendida para o sudeste do país, mas seu destino era desconhecido por sua mãe. Essa mulher não mediu esforços, contratou os serviços de um negociante português chamado Joaquim Guimarães, se mudou para a Corte a fim de encontrar e libertar sua filha. Esse homem conseguiu descobrir o paradeiro de Felicidade e a trouxe para a Corte. Segundo ele, tinha pago 2 contos de réis pela escrava, Maria lhe deu um adiantamento de 300 mil réis, além de uma indenização prévia pela viagem. Tempos depois Guimarães cobrava 1 conto e 700 mil réis que restavam. Elas conseguiram por intermédio de duas africanas forras da Costa da Mina, que lhe auxiliaram a conseguir um empréstimo com Antônio Costa e saldar a dívida. Maria do Bonfim e Felicidade continuavam juntas, mesmo pagando juros arbitrários de 3% ao mês. Porém, passaram dois meses sem dar nenhuma soma ao negociante, foi quando Antônio Costa, conseguiu a apreensão de Felicidade, revelando que não havia comprado a alforria da moça, mas sim obtido uma transferência de propriedade. Outras versões da história aparecem no processo, como a negativa de que Antônio Costa tivesse enganado mãe e filha. Segundo Chalhoub:

Não há mágico que, lendo esses manuscritos, descubra se são negras ou os negociantes portugueses que dizem “a verdade”. É isto pouco importa. As linhas fundamentais das ações estão presentes em ambas a versões: os negócios da escravidão separam duas negras, mãe e filha, sendo a filha pelo menos cativa na ocasião; a preta velha despenca do alto do mapa e vem parar na Corte à procura da filha escrava; ela localiza a filha em outra província e concebe uma forma de trazê-la para o Rio; finalmente, as mulheres acionam a solidariedade de outros negros e acabam conseguindo o dinheiro para compra de alforria de Felicidade, só que para isso contraem um empréstimo que elas não têm como pagar. (CHALHOUB, 2011, p.59)

As 250 páginas do processo se finalizam com um acordo: Felicidade seria considerada imediatamente liberta, no entanto ela e sua mãe deveriam prestar serviços ao comerciante por três anos ou pagar o valor mensal de 42 mil-réis por igual período. Mesmo não sabendo qual foi a decisão das mulheres, o fato é que o negociante não levou

prejuízo com esse acordo. Ele só foi possível, segundo o pesquisador, devido a postura das mulheres, que alegaram que Costa jamais assumiu Felicidade como sua cativa, pois desde sua aquisição a moça permanecia vivendo como liberta ao lado da sua mãe. Era uma espécie de autoridade moral, na qual a escrava estava sob o controle do senhor, e reconhecia seu domínio, e que nesse caso não foi construída. O próprio Costa admite ao final do processo que não valeria mais a pena ter a cativa sobre seus direitos, pois ela tinha um espírito de insubordinação.

A história de Felicidade e Maria do Bonfim impressiona primeiramente pela determinação das negras em preservar uma relação que havia sido atropelada pelas transações comerciais típicas da escravidão. (...) E há algo além de dramaticidade nessa história. As ações de Felicidade e Maria do Bonfim foram norteadas por concepções muito precisas a respeito da legitimidade e dos limites do domínio exercido pelo senhor. (Idem, p. 50 e 61)

A personagem ficcional de Aminata e os casos verídicos de Patsy, Joanna, Eduarda, Maria do Bonfim e Felicidade nos permitem pensar formas diferenciadas da opressão exercida sobre as mulheres através do sistema escravista. Apesar de sofrerem igualmente aos homens na exploração de sua força produtiva, o regime se mostrava desigual em relação às diferenças reprodutivas e castigos sexuais, segundo Jacobs: “A escravidão é terrível para os homens; mas é muito mais terrível para as mulheres. Além dos males comuns a todos, elas têm males, sofrimentos e mortificações peculiares” (JACOBS In SILVA 2019, p. 306). Mesmo assim, as trajetórias apresentadas revelam que as mulheres escravizadas encontraram formas diferenciadas de se posicionarem, construindo valores e significados próprios.

A Educação entre os escravizados e pessoas negras no século XIX

“Em muitos casos, a resistência envolvia ações mais sutis do que revoltas, fugas e sabotagens. Incluía, por exemplo, aprender a ler e a escrever de forma clandestina, bem como a transmissão desse conhecimento aos demais” (DAVIS, 2016, p. 34). Em *Meu nome é Liberdade*, esse aspecto foi de extrema importância no percurso da personagem. Aminata aprendeu a ler e escrever clandestinamente, escondendo do seu senhor e de outras pessoas brancas essa habilidade, pois compreendeu que esse domínio poderia soar como uma ameaça aos interesses de certas classes. E quando teve oportunidade transmitiu esse saber aos seus pares.

Essa foi uma realidade durante a escravidão também no Brasil. Durante muito tempo os estudos que tratavam da educação dos negros na escravidão se restringiram a

comentar o impedimento legal da frequência de escravizados nas instituições públicas de educação. A Constituição de 1824 estabelecia a educação primária gratuita para todos os cidadãos, porém nem todos possuíam o direito da cidadania nesse momento. Através do Ato Constitucional de 1834, as diversas províncias deveriam legislar sobre a educação, e várias delas proibiram a frequência de escravizados em escolas públicas, como é o caso do regulamento da Instrução Pública Primária e Secundária do Município Neutro da Corte, em 1854, servindo de modelo para as demais províncias, colocou os escravizados no mesmo nível dos que possuíam doenças contagiosas:

Art. 69. Não serão admitidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas:

§ 1º Os meninos que padecerem moléstias contagiosas.

§ 2º Os que não tiverem sido vacinados.

§ 3º Os escravos.

Barros (2016) analisa o aparato legal de diversas províncias, tomando como base o conceito de Thompson para compreender as leis como resultado de forças em disputa e não como uma simples imposição de uma classe sobre a outra. Dessa forma, questiona se não foi a procura por educação pelos cativos que gerou as proibições. Ao final de seu estudo, chega a conclusão que não é possível afirmar que os negros eram impedidos de frequentar a escola pública nesse período, sendo diversas possibilidades de ser negro dentro do sistema escravista (livre, liberto, escravizado, africano livre...), e as diferentes nomenclaturas, tipos de proibições, omissões, ausências e também permissões que constam nos diversos documentos analisados. Assim, a sua pesquisa nos propõe uma nova perspectiva de se compreender e perceber os instrumentos legislativos do período, como também da própria postura dos escravizados e de seus senhores dentro do sistema escravista com relação a educação.

Novas pesquisas permitem perceber que a escola pública não era o único espaço educativo no século XIX. Silva (2017), analisando os anúncios de diversos jornais, fala da educação doméstica e dos professores particulares como uma possibilidade para o aprendizado de crianças negras, seja aprendendo juntamente com os filhos dos senhores ou como uma forma de valorização da mão de obra escrava. A autora também encontrou anúncios que mostravam que alguns escravizados foram alfabetizados em colégios particulares, e outras possibilidades de cursos noturnos e escolas destinadas a esse grupo social, como as irmandades e as escolas abolicionistas, como o Club dos Libertos de

Niterói (ALVES, 2018; SILVA, 2017). Além dessas, o autodidatismo foi o recurso empregado por alguns escravizados para terem acesso ao mundo letrado.

Na série, Aminata ainda na África aprende a ler e a escrever em árabe com seu pai, que era islamita, permanecendo o respeito a tradição oral de sua tribo, no seu desejo de ser uma *djeli*. Já como escravizada, Aminata aprende a língua dos senhores com alguns livros que ganha de sua amiga e cuidadora Georgia, sendo orientada a esconder sua habilidade. Quando ela foge e se instala numa comunidade negra (terceiro episódio), divide seu saber com outros negros.

Uma história parecida foi a de Israel Antônio Soares (SENA, 1983; SILVA, 2017; FERREIRA, 2013 e 2018), escravizado que aprende a ler e a escrever sozinho num canto da cozinha com jornais velhos, e quando teve a oportunidade abriu um curso noturno na casa da sua mãe, “e o pouco que eu sabia distribuí com aqueles que nada sabiam” (SOARES, In: SENA, 1983, p.143). Assim como Aminata, Israel reconheceu a importância de cultura letrada, ensinando a escravizados e libertos, homens e mulheres:

Entre os meus alunos, posso citar alguns: Abel da Trindade, Pedro Gomes, Marcolino Lima, Justino Barbosa, Joaquim Vicente, Venâncio Rosa, Estanislau, Fausto Dias, Vitor de Souza, Tomé Pedro de Souza, Martinha Benedita, Antônia, Eugênia, Rosa, Vitória e Joana, escravos e ex-escravos. (SOARES SENA, 1983, p.143)

Além disso, Israel se envolveu com a causa abolicionista juntamente com um dos seus alunos. O nome de Abel da Trindade, listado por Israel, é mencionado por Alonso (2015) numa pequena nota a respeito de um liberto que passou a ser orador numa sessão solene (ALONSO, 2015, p. 392). A partir dessas referências, pesquisamos sobre a vida de Abel. Um dos primeiros registros encontrados na *Gazeta de Notícias*, que fala do momento em que recebe sua carta de alforria pelo Corpo Acadêmico da Escola da Cancellaria:

O diretor da Escola Nocturna Gratuita da Cancellaria entregou ante hontem ao alumno Abel da Trindade a carta de liberdade que lhe foi dado pelo Corpo Acadêmico, auxiliado por uma subscrição promovido entre vários cavalheiros.

A entrega da carta effectuou-se em plena aula e fallaram os Sr. Capitão E. Rosa de Senna, Dr. Almeida Pernambuco e José do Patrocínio: o primeiro como diretor da escola, agradecendo ao Corpo Acadêmico; o segundo assignalando os meritos do alumno, que, em um anno de estudo passou de analfabeto a adjunto do professor nas classes atrasadas; o terceiro entregando a carta ao diretor da escola em nome do Corpo.

Em seguida os alunos, entre lágrimas, abraçaram o novo cidadão, e suspenderam-se as aulas. (Gazeta de Notícias, 30/09/1880, ed. 00269, p. 1)

Não é possível afirmar como se deu o encontro de Abel e Israel, é presumível que Abel tenha iniciado seu aprendizado com Israel e continuou seus estudos na Escola da Cancellaria. Destacamos o fato de Abel ter desempenhado a função de professor adjunto de outras classes, assim como Israel empenhou-se na transmissão de saber. O fato é que foi nessa instituição que ambos se envolveram na causa abolicionista.

Em 24 de junho de 1881, foi criada a Caixa Emancipadora José do Patrocínio³, de acordo com a Gazeta de Notícias:

a associação foi fundada por iniciativa de libertos e de alguns escravos d'aquelle arrabalde. Foi nomeada uma directoria provisória que ficou composta dos Srs.: Abel da Trindade, presidente; Benedicto Francisco do Rosario, vice-presidente; Domingos Barbosa de Almeida, thesoureiro; Justino Graciano da Costa Barbosa, secretario. (Gazeta de Notícias, 29/06/1881, ed. 00174, p. 1)

Trata-se de uma singularidade que evidencia a participação de escravizados e libertos no processo abolicionista, destacando Abel da Trindade na presidência de uma diretoria provisória. O que se percebe, através das fontes pesquisadas, é que essa organização tinha por base o protagonismo de libertos e escravizados. Em 05 de julho de 1881, a *Gazeta de Notícias* divulga a assembleia realizada pela Caixa, que contou com mais de 50 sócios e elegeu sua primeira diretoria, a ser presidida por Israel Soares, na condição de escravizado, tendo como vice-presidente Abel da Trindade (liberto), João Rodrigues Pacheco Villa-Nova, como secretário, e capitão Emiliano R. de Senna, como tesoureiro (Gazeta de Notícias, 05/07/1881, ed. 00180, p. 1; Almanak Laemmert, ed. 00039, 1882;). A atuação do Senna e de Villa-Nova, responsáveis pela Escola da Cancellaria e personalidades de destaque na causa abolicionista e republicana, é verificada também na Caixa, mas a presidência e a vice-presidência foram atribuídas a Israel e Abel, escravo e liberto:

Tive escrúpulos em aceitar; porém, o Sr. Capitão Emiliano Senna levantou-se e em eloquente discurso disse que eu não podia recusar um cargo para que tinha sido eleito pelos meus

³ De acordo com Alonso, “as caixas, nascidas sob auspícios do Fundo de Emancipação da Lei Rio Branco, coletavam subscrições e promoviam loterias para um fundo comum. Escrevia-se um grupo de escravos como membros e, conforme os recursos eram suficientes, sorteavam-se cartas de liberdades entre eles” (ALONSO, 2015, p. 392).

companheiros, à vista do que, nele permaneci até o magno dia 13 de maio, em que, de uma vez para sempre, ficou abolida a escravidão no Brasil. (SOARES apud SENA, 1983, p.144)

Abel da Trindade também se destaca na luta contra escravidão, chegando a fazer parte do corpo deliberativo da Confederação Abolicionista (*Beija Flor*, 20/05/1883, ed. 00003, p. 2). Abel e Israel são exemplos de como o domínio da leitura e da escrita pode ter transformado a vida desses sujeitos, de escravizados em ativistas da causa.

No século XIX, a importância da educação feminina ainda estava sendo debatida. Se para uma mulher livre e branca havia certos limites, imagine para uma mulher escravizada. O artigo *Flores de Ébano: a educação em trajetórias de escravizadas e libertas*, de Alexandra Lima da Silva, já citado no capítulo anterior, consegue mapear algumas experiências de acesso e posicionamento de mulheres escravizadas e libertas. Através da análise de autobiografias, relatos de viajantes e periódicos, a autora mostra exemplos de mulheres estadunidenses e brasileiras que no século XVII e XIX utilizaram a leitura e a escrita, ou se apropriaram dela, pensando na dimensão intelectual das mulheres escravizadas ou ex-escravizadas. Essa é outra face das mulheres negras que ultrapassam o estereótipo de sexualidade demarcado socialmente.

Apesar de não ter sido escravizada, a história de Maria Firmina dos Reis mostra a diferença da escrita e da leitura na vida de pessoas negras no século XIX. Firmina nasceu livre em 11 de março de 1822 em Guimarães (MA), filha de uma liberta, Leonor Felipa e João Pedro Esteves⁴, comerciante e homem de posses, sócio do antigo proprietário da mãe de Firmina. Não temos grandes detalhes da educação de Firmina, alguns autores falam de autodidatismo (PINTO-BAILEY, 2018). Ela se tornou professora concursada da Vila São José de Guimarães, em 1847, com apenas 25 anos de idade, dedicando 34 anos de sua vida ao magistério nessa cidade, na qual se aposentou em 1881. Segundo Schumacher e Brazil, com 55 anos abriu uma escola gratuita e mista, na qual ensinava para meninos e meninas pobres de sua região, sendo essa uma atitude ousada para a época que ainda discutia a questão da educação feminina e do ensino misto (SCHUMACHER; BRAZIL, 2000, p. 453).

⁴ A certidão de batismo de Maria Firmina não consta sua data de nascimento, nem sua paternidade. Através de um processo junto à Câmara Eclesiástica visando a justificação da data de nascimento, é informada e alterada para o dia 11/03/1822, para que a mesma pudesse assumir o cargo de professora primária, sendo obrigatório para isso ter a idade mínima de 25 anos. Mas a sua paternidade só é oficializada em seu atestado de óbito de 11 de novembro de 1971. (CRUZ, MATTOS E SILVA, 2018, p.158-159).

A palavra escrita será o meio que Maria Firmina escolheu para se colocar contra as injustiças e contribuir para a causa abolicionista. Através de sua obra *Úrsula*, publicada em 1859, com o pseudônimo de *Uma maranhense*, Firmina se torna pioneira em vários quesitos: a primeira romancista brasileira, o primeiro romance abolicionista escrito por uma mulher no Brasil e o primeiro escrito por um autor afrodescendente, seja homem ou mulher.

Vivendo numa sociedade em que os espaços para o sexo feminino eram restritos, Maria Firmina assume um pseudônimo, prática comum na época. Mas não esconde seu gênero, deixando claro ser uma obra escrita por uma mulher. A autora trata a questão feminina e étnico-racial em *Úrsula*, cuja personagem principal é uma mulher, e as crueldades da escravidão são expostas através de outros personagens na condição de escravos. Um dos trechos marcantes do romance é o relato da escravizada Susana, sobre a travessia pelo oceano:

Era a primeira vez que me afligia tão incompreensível pesar. Minha filha sorria-se para mim, era ela gentilzinha, e em sua inocência semelhava um anjo. Desgraçada de mim! Deixei-a nos braços de minha mãe, e fui-me à roça colher milho. Ah! Nunca mais devia eu vê-la...

(...) E logo dois homens apareceram, e amarraram-me com cordas.

Era uma prisioneira – era uma escrava! Foi em balde que supliquei em nome de minha filha, que me restituíssem a liberdade: os bárbaros sorriam-se das minhas lágrimas, e olhavam-me sem compaixão. (...) Quando me arrancaram daqueles lugares, onde tudo me ficava – pátria, esposo, mãe e filha, e liberdade! Meu Deus! O que se passou no fundo da minha alma, só vós o pudestes avaliar!...

(...) Meteram-me a mim e a mais trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos às praias brasileiras. Para caber a *mercadoria humana* no porão fomos *amarrados* em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como os animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Davam-nos a água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não lhes doa a consciência de levá-los à sepultura asfixiados e famintos!

(...) A dor da perda da pátria, dos entes caros, da liberdade foi sufocadíssima viagem pelo horror constante de tamanhas

atrocidades. Não sei ainda como resisti – é que Deus quis poupar-me para provar a paciência de sua serva com novos tormentos que aqui me aguardavam. (REIS, p.70 e 71)

Outras obras da autora também trabalham essas temáticas: *Gupeva*, publicada três vezes em folhetim em 1862, 1863, e 1865, e *A escrava*, em 1887, na Revista Maranhense, representam o sexo feminino de forma ativa, ganhando destaque e protagonizando os romances. A própria autora passa a ter um reconhecimento entre os intelectuais masculinos da época:

Existe em nosso poder, com destino a ser publicado no nosso jornal um bellissimo e interessante ROMANCE, primoroso trabalho da nossa distinta comprovinciana, a Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora pública da Villa de Guimarães; cuja publicidade tencionamos dar princípio do n. 25 em diante. Garantimos ao público a beleza da obra e pedimos-lhes a sua benévola atenção. A pena da Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis já é entre nós conhecida; e convém muito aclamá-la, a não desistir da empresa encetada. Esperamos, pois a vista das razões expedidas, que nossas súplicas sejam atendidas, afiançando que continuaremos no nosso propósito: sempre defendendo o belo e amável sexo quando injustamente for agredido (*O jardim das Maranhenses*, 30/09/1861, ed. 00025, p.1).

Sua obra não se limita à Província do Maranhão, há artigos em jornais do Espírito Santo e na Corte:

Com o título de Cantos à Beira mar, vai publicar um volume de poesia a exm^a. Sra. d. Maria Firmina dos Reis, inteligente professora pública da villa de Guimarães, n' esta província. Esta distinta poetiza é já muito conhecida pelos seus trabalhos litterários que tem corrido impressos nos nossos jornaes e no Parnazo Maranhense, é também autora do romance original brasileiro Úrsula. (*Espirito Santense*, 04/11/1871, ed. 00078, p. 2).

Apesar do reconhecimento de sua obra por seus contemporâneos, reconhecimento este como escritora e docente de primeiras letras, Maria Firmina teve seus últimos dias com simplicidade na residência de uma amiga ex-escravizada.

Assim como Aminata Dialo, Maria Firmina dos Reis se torna uma contadora de histórias, nelas as marcas de ser descendente de escravos e mulher são lembradas em suas obras. No contato com a cultura letrada, sendo autodidatas, aprendendo e dividindo o seu saber, Abel, Israel e Maria são personalidades que “não eram simples presas de forças históricas externas e determinantes, tendo desempenhado papel ativo e essencial

na criação de sua própria história e na definição de sua própria identidade cultural” (SILVA, 2017, p. 5).

Sentidos da liberdade

A passividade do povo negro e sua aceitação à escravidão permaneceu no imaginário do povo brasileiro durante muito tempo. Criando estereótipos que foram difundidos, como incapacidade intelectual, a infantilidade, os preconceitos da própria população negra, etc., gerando uma série de equívocos que desqualificam o povo negro e sua história de luta e resistência (SECAD, 2006). A história de Aminata Dialo, e este artigo, vem nessa contramão, mostrando como os africanos e sua descendência espalhada pelo mundo encontraram formas de lutar e buscar sua liberdade.

Como Aminata, que nunca aceitou os grilhões impostos, várias histórias verídicas, como as mostradas, falam de pessoas que fizeram o que lhes era possível para se mostrar contrárias ao sistema escravista, encontrando, pelo menos, meios que acreditavam ser mais justos para sua existência. O sentido da liberdade para esses escravizados se reflete na busca por sua alforria ou na luta diária pela sobrevivência.

Israel Soares em sua carta à Ernesto Sena, nos conta a história de Antônio. De acordo com seu relato, esse era escravizado “mas que vivia como livre por capricho de um dos seus senhores moços, como era costume chamar-se aos filhos dos senhores de escravos” (SOARES, In: SENA, 1983, p. 140). Em Pelotas, Antônio, um preto mina, desfrutava da confiança do seu senhor, o que rendeu birra de um dos seus herdeiros. Mesmo o pai prometendo a alforria ao cativo e recomendando que seu filho o libertasse, após a morte do seu senhor, Antônio não foi liberto, antes foi expulso do sul e obrigado a vir para a Corte. Nessa cidade, Antônio conseguiu prestígio, “era oficial de obra grande, pois só trabalhava em casacas e sobrecasacas, veio para esta capital e empregou-se numa casa de grande nomeada naquela época: era a casa Blanchom” (SOARES apud SENA, 1983, p. 141). Não tendo como comprar sua própria liberdade, Antônio doou a quantia necessária para a libertação da mãe de Israel, a africana mina chamada Luíza, em 1846. Por isso, Israel incorporou o nome de Antônio para homenagear esse indivíduo, passando a se chamar Israel Antônio Soares.

O caso de Antônio, descrito por Israel, nos permite pensar como era complexo ser negro nesse período. Apesar de viver como liberto, a Antônio tinha sido negado o direito da condição de ser livre. Como uma punição ou castigo, o senhor novo não queria mais

os seus serviços, mas também se recusara a lhe entregar sua carta de liberdade. Antônio, como podemos ver, auxiliou Luiza e, quem sabe, outros negros na sua condição.

“A carta de alforria era um escrito que fazia sair do mundo da escravidão para o da possibilidade da liberdade” (BARBOSA, 2009, p. 6). Tinha um significado diferenciado, e foi usada como troca por alguns senhores para se livrar do serviço militar obrigatório na Guerra do Paraguai. Como o recrutamento era proibido aos escravizados, tendo em vista o direito de propriedade, alguns indivíduos da elite negociavam a alforria de seus escravizados, deixando-os libertos para que o substituíssem no serviço militar, sendo lhes obrigatório o cumprimento de anos de serviço. “Usando substitutos, os proprietários podiam isentar seus protegidos do serviço militar. A substituição não violava os direitos de propriedade, situação que apaziguava conflitos potenciais entre os proprietários escravistas e o Estado Imperial” (IZECKSOHN, 2015, p. 99). Segundo Vitor Izecksohn, essa prática foi pequena tendo em vista o número de soldados que participaram do conflito. Alguns escravizados fugiram de seus senhores e se alistaram como se fossem livres, “para muitos, a vida nas fileiras constituía uma melhora em relação às condições nos campos” (Idem, p. 100). Pelo menos trinta e seis fugitivos que se passaram por libertos retornaram aos seus senhores. O autor nos conta a história de Bernardo, escravizado por José Joaquim Saraiva de Miranda, que se alistou na ilha de Marajó. Quando descoberto, foi solicitada sua devolução, porém Bernardo se insubordinou de tal maneira que foi enviado por José Joaquim novamente às fileiras como uma penalidade ao seu mau comportamento. Na série, a possibilidade de liberdade através do serviço na guerra também é representada. Vários escravizados serviram na Coroa britânica com a promessa da alforria.

O sonho da liberdade moveu Israel, Felicidade, e tantos outros escravizados que aceitaram contratos de alforria condicional, no qual deveriam trabalhar para os senhores durante diversos anos até serem considerados totalmente livres. Maria do Bonfim, mãe de Felicidade, mesmo liberta, se submeteu à prestação de serviços para conseguir a alforria de sua filha. Assim, como na minissérie, o personagem Cummings, já livre, aceita um contrato de prestação de serviços de três anos em troca de comida, roupas e cama, sem direito a salário.

Aminata e os demais personagens negros criaram um significado ou sentido próprio para sua liberdade, contrariando a invisibilidade da história oficial como vários dos exemplos expostos neste artigo. Bilal, líder mulçumano, não permitiu que a escravidão obscurecesse sua liderança e suas crenças; Isabel apelou várias vezes à

clêmência do Imperador; Eduarda teve coragem de fugir e contar os castigos impostos; Abel e Antônio pensaram para além de si e auxiliaram a outros na sua condição; Bernardo usou a fuga e a insubordinação como forma de se colocar diante do que acreditava injusto... Tantas histórias que nos permitem compreender esse período através de outros pontos de vista.

Considerações finais

Como uma linguagem audiovisual, que desempenha um papel significativo no meio social contemporâneo, as séries podem ter grande impacto educativo. Não somente enquanto uma ferramenta para problematização de temas a serem utilizados por professores e agentes educacionais, mas também refletindo sobre seu caráter formativo, no lugar que podem ocupar na formação de alunos e alunas, cidadãos e cidadãs. Repensando como estas auxiliam na circulação de informações, nas mudanças de paradigmas, na configuração de novos conceitos sociais, ou na manutenção e permanência de outros.

Dessa forma, a minissérie *The book of negroes* além de trazer significativos pontos para se pensar a escravidão, apresenta a perspectiva dos indivíduos que foram oprimidos nesse esquema social, e que diante da história tradicional foram vitimizados e invisibilizados enquanto sujeitos históricos.

Quantas outras Marias, Firminas, Joanas, Ajahis precisamos conhecer para que se revele uma outra face da escravidão no Brasil? Para que possa desconstruir visões equivocadas e se permita construir novas narrativas? Perspectivas que reconheçam a complexidade do sentido de liberdade para a população negra nesse período, que valorize os meios e modos de luta e resistência e assim se combata os preconceitos e o racismo ainda existente em nossa sociedade. Espero, verdadeiramente, que este artigo e a série trabalhada possam caminhar nessa direção.

Referências Bibliográficas

- ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ALVES, Sirlene R. Educação e Libertação: O Club dos Libertos Contra a Escravidão de Niterói. In: FELIPE, D; OLIVEIRA, O. ESCOBAR, G (Orgs). **Patrimônio e cultura afro-brasileira: memória, identidade e reconhecimento**. Franca: Ribeirão Gráfica e Editora, 2018.
- ARAÚJO, Ana Lucia. Doze anos de escravidão e o problema da representação das atrocidades humanas. In: *Afro-Ásia*, n.50. Salvador July/Dec. 2014. Disponível em

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912014000200257#fn4. Acesso em: 07 nov. 2019.

BARBOSA, Marialva Carlos. Escravos letrados: uma página (quase) esquecida. In: **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós**, Brasília, v.12, n.1, jan./abr. 2009.

BARROS, Surya P. de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo: v. 42, n. 3, p. 591-605. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v42n3/1517-9702-ep-42-3-0591.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRITO, Glaucia da Silva. Inclusão digital do profissional professor: entendendo o conceito de tecnologia. Artigo apresentado no **30º Encontro Anual da ANPOCS**, 24 a 28 de outubro de 2006. Disponível em: .

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GARCIA-VERA, Antonio Bautista. Três temas tecnológicos para la formación del profesorado. **Revista de Educación**, n. 322 (2000) pp. 167-188.

IZECKSOHN, Vitor. O Recrutamento de Libertos para a Guerra do Paraguai: considerações recentes sobre um tema complexo. In: **Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 96-110, 2015. Disponível em: http://www.revistanavigator.com.br/navig21/dossie/N21_dossie7.pdf. Acesso em: 06 out. 2019.

PINTO-BAILEY, Cristina Ferreira. Na contramão: A narrativa abolicionista de Maria Firmina dos Reis - Crítica - Literatura Afro-Brasileira. **Literafro**. Disponível em: Acesso em 01 jul. 2019.

REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês, 1835**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula e outras obras** [recurso eletrônico]. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/35999>. Acesso em: 04 dez. 2019.

SANCHO, J. M.. A tecnologia: um modo de transformar o mundo carregado de ambivalência. In: _____. (org). Para uma tecnologia Educacional. Tradução: Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

SENA, Ernesto. **Rascunhos e perfis**. Brasília: UnB, 1983.

SILVA, M. V. B. Cultura das séries: forma, contexto e consumo de ficção seriada na contemporaneidade. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 27, p. 241-252, jun. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gal/v14n27/20.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2019.

SILVA, Alexandra L. da; MIGNOT, Ana C. V. Pelos caminhos da liberdade: sujeitos, espaços e práticas educativas (1880-1888). In: VENANCIO, G. M.; SECRETO, M. A.; RIBEIRO, G. S. (Orgs.). **Cartografias da Cidade (In)Visível**. Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2017.

_____. Pela liberdade e contra o preconceito de cor: a trajetória de Israel Soares. **Revista Eletrônica Documento/Monumento**. Mato Grosso: UFMT, v. 21, n. 1, 2017. Disponível em: <http://200.129.241.80/ndihr/revista/revistas-antiores/revista-dm-21.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2019.

_____. Escolas Abolicionistas, Escolas da Liberdade: educação e escravidão na historiografia da educação brasileira. **Anais Eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação**. João Pessoa: UFPB, 2017. Disponível em: <http://www.ixcbhe.com/anais.php>. Acesso em 15 ago. 2018.

NEXO. Por que não temos sobrenomes africanos ou indígenas? Entrevistadores: Camilo Rocha. Entrevistados: Rodrigo Bonciani e Lucybeth Arruda. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/podcast/2017/03/17/Por-que-n%C3%A3o-temos-sobrenomes-africanos-ou-ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 24 set. 2019.

Periódicos:

Beija Flor – 1880 - 1890

Espirito Santense – 1870 - 1880

Gazeta da Tarde – 1880 - 1890

O jardim das Maranhenses – 1860 - 1880

RECEBIDO: 22/06/2019
APROVADO: 03/08/ 2019

RECEIVED: 22/06/2019
APPROVED: 03/08/ 2019

RECIBIDO: 22/6/ 2019
APROBADO: 03/08/ 2019